



**CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO**  
Certifico para os devidos fins nos termos do art. 84 da Lei Orgânica Municipal, que a presente Lei foi publicada no Órgão Oficial do Município de Rio Novo do Sul.

**MUNICÍPIO DE RIO NOVO DO SUL** EM 28/08/2018  
Estado do Espírito Santo

ERNESTO VASSOLER MOZER  
Procurador Geral  
OAB/ES N° 20.425  
Decreto N° 007/2017

**LEI N.º 765, DE 28 DE AGOSTO DE 2018.**

**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DESTINAR RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE RIO NOVO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO NOVO DO SUL, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais, conforme determina o art. 30 da Constituição Federal, bem como os arts. 70 e 71 da Lei Orgânica Municipal, e demais normas que regem a matéria, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos financeiros na importância de R\$ 66.530,08 (sessenta e seis mil quinhentos e trinta reais e oito centavos), em subvenção social, à Associação Pestalozzi de Rio Novo do Sul, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob n.º 00.872.227/0001-27, conforme dotação orçamentária consignada no Orçamento Municipal para o exercício de 2018 e seguinte, assim identificada:

- Órgão 08 – Secretaria Municipal de Assistência Social
- Unidade Orçamentária 04 – Bloco de Proteção Social Especial de Alta Complexidade
- Função 08 – Assistência Social
- Subfunção 243 – Assistência a Criança e Adolescente
- Programa 0004 – Assistência Social
- Projeto/Atividade 2.042 – Manutenção da Proteção Social de Alta Complexidade
- Elemento de Despesa 33504300000 – Subvenções Sociais
- Fonte de Recurso 1.399 – Demais Recursos Destinados a Assistência Social

**Parágrafo único.** Os valores serão repassados a partir da data de assinatura do instrumento jurídico de repasse celebrado, no período de 12 (doze) meses, conforme cronograma de desembolso financeiro.

**Art. 2º** O repasse do recurso financeiro nos termos do artigo anterior se processará atendendo os requisitos e determinações da lei federal n.º